

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR MUNICIPAL DE OLINDA – PERNAMBUCO

Evaluation of the municipal school feeding program of Olinda – Pernambuco

Artigo original

RESUMO

Estudo descritivo realizado no município de Olinda, Nordeste do Brasil, durante o ano 2002, com o objetivo de diagnosticar a situação do Programa de Alimentação Escolar Municipal. População de estudo constituída de uma amostra probabilística de 646 estudantes, representando 25% das escolas municipais. A coleta de dados se realizou utilizando questionários pré-codificados, para traçar quatro perfis de estudo: escola, merendeiras, estudantes e consumo de alimentos. A avaliação da Capacidade de Processamento da Merenda Escolar foi avaliada como regular; sendo os itens área de cozinha, refeitório e equipamentos auxiliares classificados como os piores. O Programa carece de atividades complementares, que lhe permitiriam maior desenvolvimento e possibilitaram melhorar as condições nutricionais. Na avaliação do perfil das merendeiras ficou constatada a falta de preparação para exercer a função, fato que se reveste de maior significado se considerado o baixo nível de instrução geral. Não se evidenciaram graves problemas nas condições gerais da cozinha quanto à iluminação, água, circulação do ar, dentre outros. Os alunos são oriundos de uma classe desfavorecida da população, que se caracteriza pelo desemprego dos pais ou empregos de baixos salários e famílias numerosas. A merenda é bem aceita, não obstante muitos estudantes compram alimentos de baixo valor nutricional no ambiente escolar. Não são comuns os comentários e sugestões dos estudantes sobre a merenda, nem conversas sobre formas corretas de alimentação; isto é pior no ambiente escolar. Os alimentos consumidos não atingem os valores nutricionais recomendados, sendo o Cálcio e a Vitamina A os nutrientes mais afetados. O trabalho constitui uma experiência bem sucedida na avaliação de Programas Descentralizados de Alimentação Escolar no Brasil. Os problemas encontrados exigem respostas urgentes para o resgate do programa.

Descritores: Alimentação Escolar; Programa e políticas de nutrição e alimentação.

ABSTRACT

A descriptive study performed in Olinda town, Northeast Brazil, in 2002, to diagnose the status of the Municipal School Feeding Program. The studied population consisted of a probabilistic sample of 646 students, representing 25% of the municipal schools. Information was gathered applying coded questionnaires addressed to build 4 study profiles: school, snack preparers, students and food consumption. The capacity to process the school meals was evaluated as average; being the items kitchen area, refectory and auxiliary equipments considered the worst. The program lacks of complementary activities, which would allow it a greater development and would enable to improve nutritional conditions. In the profile evaluation of the snack preparers, the lack of training to develop such activity was evidenced. There were not serious problems in general conditions of the kitchens related to lighting, water and air circulation, among others. Regarding the students, they belong to a low socioeconomic class, which is characterized by their parents' unemployment or low income jobs and large families. The school snack is well accepted but still there are students who buy low nutritional value foods in the school environment. Comments and suggestions of the students about the school snack are not usual, neither there are talks about right ways of feeding; this is worse in school environment. The consumed meals do not meet recommended nutritional values; being calcium and Vitamin A the most affected nutrients. This study constitutes a successful experience to evaluate decentralized Programs of School Feeding in Brazil. The problems found demand urgent responses to rescue the program.

Descriptors: School Feeding; Nutrition Programs and Policies.

Dixis Figueroa Pedraza⁽¹⁾
Sonia Lúcia Lucena Sousa de
Andrade⁽²⁾
Jailma Santos Monteiro⁽³⁾
Pedro Israel Cabral de Lira⁽⁴⁾

1) Nutricionista, Bolsista CAPES / CNPq – IELN – Brasil. Máster em Nutrição em Saúde Pública, Doutor em Nutrição. Programa de Pós-graduação do Departamento de Nutrição - Universidade Federal de Pernambuco.

2) Nutricionista, Doutora em Nutrição. Professora Adjunta do Departamento de Nutrição - Universidade Federal de Pernambuco. Cidade Universitária

3) Nutricionista, Doutora em Nutrição. Professora Adjunta do Departamento de Nutrição - Universidade Federal de Pernambuco. Cidade Universitária

4) Médico, Professor Doutor Adjunto do Departamento de Nutrição - Universidade Federal de Pernambuco. Cidade Universitária

Recebido em: 14/09/2006

Revisado em: 01/12/2006

Aceito em: 06/03/2007

INTRODUÇÃO

O Programa de Alimentação Escolar representa um conjunto de projetos com o objetivo de fornecer refeições para os alunos consumirem nas escolas. Este conceito preconiza que todo Programa de Alimentação Escolar deve ser constituído por três etapas: desenho, execução e avaliação. O desenho compreende aspectos que se constituem em importantes temas controversos, relacionados à alimentação escolar, como os objetivos que o programa deve contemplar; as relações com a fome, a desnutrição e o fracasso escolar; e a diferença que representa analisar o tema como um direito da criança. As experiências na execução de Programas de Alimentação Escolar mostram grandes diferenças entre os países desenvolvidos e no âmbito destes últimos. A avaliação, na maioria das vezes desconsiderada ou má concebida, tem por base verificar se os resultados correspondem aos objetivos, para a qual o uso de indicadores adequados é uma peça chave^(1,2,3,4).

O Programa de Alimentação Escolar destaca-se por ser o maior programa de suplementação alimentar em todo o mundo, situar-se entre os programas com maior tempo de existência na maioria dos países e constituir uma proposta grandiosa, vez que promove a descentralização, a participação social e o desenvolvimento da economia local^(4,5).

As concepções são diferentes quando se comparam os programas nos países desenvolvidos àqueles nos países em desenvolvimento. A causa principal dessas diferenças está relacionada aos direitos da criança. Nos países desenvolvidos, a alimentação escolar constitui uma prática difundida com um único objetivo: atender ao direito da criança. Em contraste, nos países subdesenvolvidos se vive um estado de não - cidadania (ausência de direitos) regido por carências e privilégios, fazendo com que os programas adquiram um claro sentido de combate à fome e à miséria, apresentados como uma condição para reduzir os indicadores educacionais de evasão e repetência. Talvez essa seja uma das explicações para as inúmeras controvérsias e problemas enfrentados, atualmente, pelos Programas de Alimentação Escolar dos países latino-americanos^(3,4,6,7).

A Alimentação Escolar deve ser considerada como “uma refeição oferecida pela escola para manter a criança alimentada durante a jornada escolar diária, independentemente de suas condições sócioeconômicas, e não como instrumento para erradicar a desnutrição, a fome e o fracasso escolar”. Isto significa que a Alimentação Escolar deve ser entendida como um programa voltado a atenção dos direitos da criança e do adolescente, que proporciona bem-estar físico durante o seu período diário de frequência à escola, sem apelos assistencialistas que não cabem numa visão moderna de Educação Escolar. A merenda pode matar

a fome do período da jornada escolar (de quatro horas) e, desta forma, a criança poderá aprender mais facilmente, mas isto não resolverá o aspecto relacionado ao fracasso escolar, nem deve constituir o objetivo da alimentação escolar^(3,6,8,9).

Além disso, a alimentação escolar como proposta para suprir carências desconsidera aspectos fundamentais como os hábitos alimentares, o incentivo à produção agrícola e de hortas escolares, a necessidade de sistemas adequados de armazenamento e distribuição de alimentos, a interação da escola com a família e a comunidade, a educação alimentar - nutricional e em higiene dos alimentos, os programas integrais de saúde escolar, o papel pedagógico, a necessidade de segurança alimentar etc^(2,3,5).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar do Brasil é o mais antigo programa social do Governo Federal na área de educação e vem sendo desenvolvido desde 1954, quando era responsabilidade da Comissão Nacional de Alimentos e tinha como objetivo atender aos estudantes carentes do Nordeste do país, através da distribuição de leite em pó. Em 1955 (quando foi instituído legalmente), adquiriu novo impulso e efetiva abrangência nacional, com a criação da Campanha da Merenda Escolar, que foi substituída posteriormente pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), constituindo-se no maior programa de suplementação alimentar do país, tanto em recursos quanto em população atendida, além de ser o mais antigo dos programas de nutrição no país. No seu desenvolvimento, tem sofrido várias reformulações e modificações e também são várias as instituições que têm gerenciado o Programa; finalmente, em 1997, passou a ser gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Até 1993, o Programa foi desenvolvido de forma centralizada e, a partir de 1994, foi instituída a descentralização dos recursos (proposta definida como uma das principais ações do Plano de Combate à Fome e à Miséria do Governo Itamar Franco), por meio de convênios firmados com os Estados, Distrito Federal e Municípios, que passaram a comprar e distribuir os alimentos da merenda^(7,10,11).

Não obstante as raras avaliações ocorridas durante a existência do Programa de Alimentação Escolar, várias irregularidades foram constatadas na sua condução: uso eleitoral, caráter assistencialista, desvio e deterioração de alimentos, formação de cartel dos fabricantes de alimentos formulados, licitações irregulares e distorções quanto à distribuição regional de alimentos, problemas operacionais na descentralização etc^(7,12,13). Considerando os argumentos anteriores, faz-se necessário avaliar os Programas Descentralizados de Alimentação Escolar no Brasil. Assim, este trabalho objetiva diagnosticar a situação atual do Programa de Alimentação Escolar no Município de Olinda, Estado de Pernambuco.

MÉTODOS

A alimentação escolar no Brasil, na medida em que busca suprir apenas 15% das necessidades nutricionais diárias (existem autores indicando de 15 a 30%), com custo per capita da refeição no valor de R\$ 0.13, e que carece de atividades complementares, na prática, não pode ter outro objetivo, senão o de atender a chamada “fome do dia”, que influencia a concentração e aprendizagem e, portanto, dificulta a permanência da criança na escola⁽¹³⁾. Este fato norteou a metodologia usada, forma de avaliação e resultados esperados.

O estudo, de tipo descritivo, foi realizado durante o ano 2002, no Município de Olinda, pertencente à Região Metropolitana do Recife, no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. O trabalho teve origem na vontade política do governo municipal e do seu interesse, em conjunto com os gestores do programa, relacionado aos problemas da alimentação escolar municipal.

Olinda conta com 32 escolas públicas municipais. Para a seleção da amostragem representativa se consideraram duas faixas etárias: crianças menores de sete anos e crianças com sete anos ou mais (adolescentes e não adolescentes). Para as primeiras, se estimou, pelo indicador Peso para a Idade (P/I), uma prevalência de desnutrição de 5%. Para as de sete anos ou mais, a prevalência estimada foi de 12%. Trabalhamos com um Nível de Confiança do 95% e erro do 3% (± 3). A amostra final foi formada por 148 crianças menores de sete anos e 498 com sete anos ou mais, perfazendo um total de 646 crianças (com 10% de margem de erro). Foram sorteadas 25% das escolas (oito escolas) para tomar parte no estudo. As turmas e alunos para participar do estudo sortearam-se na hora do trabalho de campo, tentando preservar a amostra original quanto às faixas etárias. Para participar do estudo se necessitou do consentimento prévio do diretor da escola e dos estudantes sorteados (contido no próprio questionário).

Os instrumentos de coleta de dados foram elaborados pela equipe de coordenação do Programa, professores e alunos da Universidade Federal de Pernambuco envolvidos com o projeto, e com a participação de membros de algumas escolas e dirigentes municipais do Programa de Alimentação Escolar. O estudo foi concebido contando com a autorização e cooperação da Prefeitura Municipal de Olinda.

Foram quatro os questionários de coleta de dados. O questionário para traçar o perfil das escolas coletou dados sobre as condições da cozinha, a capacidade de processamento da merenda⁽¹⁴⁾ e sobre as atividades pedagógicas que devem complementar o Programa. O questionário sobre o perfil das merendeiras avaliou as condições de saúde, a afinidade e preparação para exercer a profissão, entrevistando 23 merendeiras do sexo feminino

e funcionárias da prefeitura (12 efetivas e 11 contratadas) que estavam trabalhando no momento da pesquisa na escola sorteada. O questionário escolar abordou os critérios dos alunos sobre a alimentação que recebem nas escolas, algumas características particulares (incluídos dados antropométricos) e familiares, e o intercâmbio de informação, entre si e com outras pessoas, sobre a alimentação escolar e aspectos de alimentação e nutrição. Por último, se avaliou o consumo de alimentos utilizando o Método de Apreciação Visual⁽¹⁵⁾, um método validado pelo Método de Pesagem e pelo Método de Apreciação do Entrevistador, usado em Cuba para avaliar o consumo de alimentos oferecidos na alimentação social.

Os itens considerados na capacidade de processamento da merenda foram avaliados de forma quantitativa escalar, onde: o valor zero significou que a escola, em um determinado item, não tem as condições mínimas; o valor um significou que a escola atende parcialmente aquele item; e o valor dois significou que a escola apresenta boas condições no item considerado. A escala final da avaliação da escola considerou os seguintes intervalos: insatisfatória, quando a escola não atingiu 8 pontos; regular quando a escola atingiu de 8 a 12 pontos; satisfatória, quando a escola atingiu de 13 a 16 pontos.

Para a avaliação antropométrica, utilizaram-se os índices Estatura / Idade, Peso / Idade, Peso / Estatura e IMC / Idade, empregando o score z do desvio padrão derivados dos dados de referência NCHS, a população foi subdividida em três grupos: menores de sete anos, maiores de sete anos não adolescentes e adolescentes. Esta escolha esteve motivada pelo fato de que as tabelas de NCHS têm o inconveniente de que não incluem os valores para as mulheres maiores de 10 anos e os homens maiores de 11 anos, o mesmo acontecendo no caso de meninas com estatura superior a 138 cm e meninos superiores a 146 cm. Isso produz valores de Peso / Estatura não válidos, o índice não é válido na adolescência, vez que o início da puberdade modifica a relação entre peso e estatura presente nas idades anteriores^(16,17).

Após a revisão e codificação dos questionários, pela equipe de trabalho, os dados foram digitados em dupla entrada, em banco construído com o programa Excel; para a análise descritiva e de freqüências, foi utilizado o programa Epi-Info para Windows⁽¹⁸⁾. Os dados correspondentes ao consumo de alimentos se processaram empregando o programa Ceres⁽¹⁹⁾, utilizando a Tabela de Composição de Alimentos para a América Latina da FAO⁽²⁰⁾, e comparando o valor nutricional da merenda consumida com as recomendações legais (15% das necessidades nutricionais). Para os micronutrientes analisados, utilizaram-se como referência as faixas etárias de 5 a 6 anos (para os estudantes menores de 7 anos) e de 10 a 12 anos (para os estudantes com 7 anos ou mais) e os valores estipulados pela Sociedade

Brasileira de Alimentação e Nutrição, as quais indicam as recomendações adaptadas para a população brasileira (SBAN 1990), baseado nos valores da Organização Mundial da Saúde, de 1985⁽¹⁴⁾. Apesar da existência de recomendações nutricionais recentes, devido ao desconhecimento por parte do pessoal envolvido na alimentação escolar do município, utilizamos para nossa avaliação aquelas recomendações (1990) correspondentes aos conhecimentos e indicações que na prática se utilizam para a preparação dos cardápios e alimentação das escolas de Olinda.

RESULTADOS

I - Perfil das Escolas

A avaliação geral sobre as condições da cozinha teve os resultados a seguir:

- Todas as escolas têm abastecimento de água da rede geral, iluminação elétrica, e paredes da cozinha pintadas a óleo ou azulejadas;

- Exceto uma escola, todas têm água tratada através da filtração;
- Só uma escola tem boa circulação de ar na área da cozinha;
- A limpeza da cozinha e despensa na quase totalidade das escolas avaliadas foi regular; não se observando a presença de roedores, insetos, mofo, umidade, avarias etc.;
- Destacou-se a ausência de material higiênico e para cuidados pessoais das merendeiras. Problemas também com o material de limpeza, por estar muitas vezes em falta ou não ser de boa qualidade.

Os resultados da Capacidade de Processamento da Merenda Escolar constam na Tabela I. Conforme se pode verificar, a avaliação média foi regular, estando duas escolas classificadas na categoria insatisfatória, e sendo os itens área de cozinha (II), refeitório (VII) e equipamentos auxiliares (IV) os que obtiveram os piores resultados.

Tabela I. Avaliação da Capacidade de Processamento da Merenda Escolar. Olinda - PE, 2002.

Escola	ITENS								Avaliação da Escola
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	
Coronel José Domingos	1,5	0	1	0,5	0	0	0	2	5 Insatisfatória
Maria de Glória Advíncula	1,5	1	2	1	0	2	0	2	9,5 Regular
CAIC	1,5	1	2	1,5	2	0	2	2	12 Regular
Rotary	1,5	0	2	1	2	1	2	2	11,5 Regular
Ministro Marcos Freire	1	0	2	0,5	1	1	0	2	7,5 Insatisfatória
Vereador José Mendes	2	0	2	1	2	2	0	1	10 Regular
Recanto da Arte e do Saber	2	0	2	1	1	1	0	1	8 Regular
Gregório Bezerra	1	0	1	1	2	1	1	2	9 Regular
Média	1,5	0,25	1,75	0,94	1,25	1	0,63	1,75	9,06 Regular

I – Merendeira / **II** - Área de Cozinha /

III - Equipamentos principais / **IV** - Equipamentos auxiliares /

V - Utensílios de preparo / **VI** - Utensílios para servir /

VII – Refeitório / **VIII** – Despensa

Tabela II. Características individuais e familiares dos escolares. Olinda - PE, 2002.

Características	Categorias	n	%
Faixa etária/ciclo de vida	< 7	148	22,9
	≥ 7, não adolescentes	252	39,0
	Adolescentes	246	38,1
Sexo	Masculino	321	40,7
	Feminino	325	50,3
Emprego/trabalho/remuneração do pai	Sim*	495	76,6
	Não**	118	18,3
	Sem Informação / Não soube responder	33	5,1
Emprego/trabalho/remuneração da mãe	Sim***	285	44,1
	Não****	342	52,9
	Sem Informação / Não soube responder	19	2,9
Total de pessoas que moram na casa	Seis pessoas ou mais	262	40,6
	Entre 2 e 5 pessoas	365	56,5
	Sem Informação / Não soube responder	19	2,9
Mora com o pai	Sim	430	66,6
	Não	204	31,6
	Sem Informação	12	1,8
Mora com a mãe	Sim	587	90,9
	Não	49	7,6
	Sem Informação	10	1,5
Vontade de brincar	Sempre	420	65,1
	Às vezes	193	29,9
	Nunca	22	3,4
	Sem Informação	11	1,7
Atenção à aula	Sempre	445	69,7
	Às vezes	189	29,6
	Nunca	12	0,7
Hora de maior interesse na sala de aula	Logo que chega	407	63,0
	Depois do recreio	199	30,8
	Nenhuma hora	3	0,5
	Sempre	25	3,9
	Sem Informação	12	1,9
Prevalência da desnutrição*****	E/I ≤ -1DP	89	13,9
	E/I ≤ -2DP	19	3,0
	P/I ≤ -1 DP	65	16,2
	P/I ≤ -2DP	6	0,02
	P/E ≤ -1 DP	82	20,5
	P/E ≤ -2DP	7	1,7
	IMC/I ≤ P10	33	13,5

* Empregos mais citados: construção, carpinteiro, policial, mecânico, motorista.

** Causas mais citadas: desemprego, morte.

*** Empregos mais citados: Empregada doméstica, faxineira, vendedora, lavadeira.

**** Causas mais citadas: Cuida da casa ou dos filhos, desemprego.

***** O indicador de E/I se refere à população total (afetando principalmente adolescentes), o P/I faz referência aos não adolescentes (afetando principalmente os estudantes com sete anos ou mais), o P/E também se refere à população não adolescente (afetando principalmente os estudantes menores de sete anos), o IMC/I mostra o risco de desnutrição na população adolescente.

Tabela III. Características da alimentação escolar segundo critérios estudantis. Olinda - PE, 2002.

Pergunta	Respostas			
	Sim / Boa	Às vezes / Regular	Não / Ruim	Sem Informação ou Não soube responder
Tem merenda escolar?	276 (42,7%)	300 (46,4%)	65 (10,1%)	5 (0,8%)
O que acha da merenda?	403 (62,4%)	163 (25,2%)	71 (11,0%)	9 (1,4%)
Come todos os dias a merenda?	349 (54,0%)	11 (1,7%)	283 (43,81%)	11 (1,7%)
Repete a merenda?	208 (32,2%)	126 (19,5%)	298 (46,1%)	14 (2,2%)
Seus pais apóiam a merenda?	76 (11,8%)*	-	559 (86,5%)	11 (1,7%)
Traz dinheiro para a escola?	437 (67,6%)	33 (5,1%)	168 (26,0%)	8 (1,2%)
Comeu antes de vir para a escola?	539 (83,4%)	-	92 (14,2%)	15 (2,3%)
Comenta sobre a merenda?	218 (33,8%)**	26 (4,0%)	386 (59,7%)	16 (2,5%)
Informação sobre alimentação?	370 (57,3%)***	-	265 (41,0%)	9 (1,4%)

* Dos 76 alunos que referiram alguma forma de apoio à merenda, 61 (80,3%) falaram de doação de algum tipo de verdura ou condimento, quando solicitada a ajuda por parte da escola.

** As pessoas com quem mais frequentemente comentam sobre a merenda escolar são:

1. Mãe e / ou pai (destacando-se a mãe)
2. Colegas e amigos
3. Outros familiares
4. Professores
5. Diretora
6. Merendeira

** O lugar em que mais acontece essa conversa é a casa

*** As pessoas que mais falam sobre a forma certa de alimentação para as crianças são:

1. Mãe e / ou pai (destacando-se a mãe)
2. Outros familiares
3. Professores
4. Colegas e amigos
5. Médico / Nutricionista / Profissional da saúde
6. Merendeira

*** O lugar em que mais acontece essa conversa é a casa

*** Junto a esta pergunta também se indagou sobre o interesse em conhecer como se alimentar, tendo 83,2% respondido de forma positiva.

Tabela IV: Proporção (%) das recomendações nutricionais estipuladas por Lei, em relação ao fornecimento de nutrientes do consumo efetivo de alimentos da merenda escolar. Olinda – PE, 2002.

Nutriente	Porcentagem	
	Menores de sete anos	Sete anos ou mais
Energia (Kcal)	78,9	71,5
Proteína (g)	90,5	89,7
Cálcio (mg)	38,1	30,1
Ferro (mg)	82,2	72,9
Vitamina A (µg RE)	81,4	69,6
Vitamina B1 (mg)	109,3	99,2
Vitamina B2 (mg)	75,7	67,0
Vitamina C (mg)	64,9	59,4

As análises das atividades pedagógicas e complementares ao Programa evidenciaram que, no Município de Olinda, não existem atividades que possam ajudar a alimentação escolar e a alimentação do estudante, em geral contribuir para a ocorrência de estados nutricionais satisfatórios. Verificou-se quase a total ausência de horta escolar, de atividades relacionadas à nutrição e saúde das crianças, de atividades de monitoramento e avaliação do Programa (só algumas visitas de controle, por parte da Secretaria Municipal de Educação / Departamento Municipal de Merenda), e a não existência de cantinas ou outros locais onde os alunos possam comprar alimentos baratos e nutritivos que ajudem a complementar a merenda escolar. Isto se contrapõe ao fato de os próprios professores e trabalhadores das escolas venderem alimentos baratos e de baixo valor nutricional para os estudantes; por último, poucas foram as respostas positivas (76) relacionadas à participação familiar apoiando a merenda. Destas, 80,2% da ajuda consistem em doar verduras e condimentos para a alimentação escolar, quando solicitados pela escola.

II – Perfil das Merendeiras

As merendeiras entrevistadas foram caracterizadas segundo o seguinte perfil:

- A idade média foi de 44,7 anos, 13 delas com 40 anos ou mais;
- 13 (treze) merendeiras têm o primeiro grau incompleto, 3 (três) o primeiro grau completo, 2 (duas) o segundo grau incompleto e 5 (cinco) o segundo grau completo;
- O tempo médio de serviço como merendeira foi de 10,1 anos, 11 têm menos de cinco anos e 12 (as efetivas) têm cinco anos ou mais;
- 16 (dezesesseis) merendeiras exerceram outro trabalho anteriormente;
- A maior parte das merendeiras (17) decidiu exercer essa profissão por necessidade de trabalhar; não obstante, 22 apreciam seu trabalho, por gostar de cozinhar e de conviver com crianças;
- 18 (dezoito) merendeiras se consideram pessoas com saúde e 20 fazem exames médicos preventivos ou de rotina anualmente; dentre as que afirmaram não fazer exames médicos anualmente, a última vez que o fizeram foi por necessidade; segundo afirmaram, a Prefeitura não está exigindo os exames;
- As 12 merendeiras efetivas ou com 5 anos ou mais de serviço afirmaram ter realizado alguma vez curso ou treinamento sobre nutrição e higiene dos alimentos e elaboração de cardápios; as demais afirmaram nunca ter participado de nenhum curso; exceto uma merendeira (que indicou falta de tempo), todas re-

feriram que gostariam de frequentar cursos sobre os temas indicados.

III – Perfil dos Estudantes

O perfil dos estudantes está explicitado nas Tabelas II e III. O perfil demonstra que os alunos pertencem a classes desfavorecidas da população, observado pelo desemprego dos pais ou empregos de baixos salários, e famílias numerosas. Foram encontrados valores para as prevalências de desnutrição entre 0,02 e 3,0, que aumentam quando analisado o risco de desnutrição onde foram constatados valores entre 13,5 e 20,5.

Por outro lado, em referência aos critérios dos alunos sobre a merenda que recebem nas escolas e o intercâmbio de informação sobre a merenda escolar e aspectos de alimentação e nutrição, ficou evidente: a merenda que, freqüentemente falta nas escolas, tem boa aceitação; muitos estudantes levam dinheiro para a escola e compram alimentos de baixo valor nutricional; não são comuns os comentários sobre a merenda nem conversas sobre formas corretas de alimentação, sendo esta situação pior no ambiente escolar, quando comparado com o ambiente familiar.

IV – Perfil do Consumo de Alimentos

Os valores apresentados na tabela IV mostram a porcentagem das recomendações nutricionais estipuladas por Lei, em relação ao fornecimento de nutrientes do consumo efetivo de alimentos da alimentação escolar.

Outros aspectos importantes foram observados durante a avaliação do consumo de alimentos. Destaca-se a falta de programação e padronização na elaboração e serviço da merenda e a não correspondência entre os cardápios da alimentação escolar sugeridos pela Secretaria de Educação de Olinda e os realmente oferecidos nas escolas (fato que nos fez desconsiderar a avaliação dos cardápios programados). Os cardápios programados só sugeriam os ingredientes e a quantidade percapita para uma determinada preparação, sem mais detalhes nem considerações, como o total de estudantes na escola, por idade, e a quantidade de alimento pronto a ser servido, para suprir as recomendações estipuladas.

DISCUSSÃO

O presente estudo pode ser considerado representativo da população de estudantes de escolas municipais de Olinda - Pernambuco, Nordeste do Brasil, devido à sua amostragem probabilística que representou 25% das escolas.

Como esperado, a avaliação indicou como está funcionando o Programa, o que se deve manter e o que se deve mudar. Isto é uma importante ferramenta na tomada de decisões e re-orientação das ações⁽¹⁾. Por este motivo, o eixo central da presente discussão é justificar e subministrar

sugestões e alternativas para a melhora da qualidade do Programa.

Como se pode observar nos resultados relacionados ao Perfil das Escolas, os principais problemas encontrados referem-se à falta de atividades pedagógicas e complementares, que devem constituir parte inseparável de um Programa de Alimentação Escolar. Este fato, ao lado de outras constatações, parece indicar que a alimentação escolar é considerada como o simples fornecimento de uma refeição, o que denota uma concepção errada de um Programa de Alimentação Escolar. Além disso, na Capacidade de Processamento da Merenda Escolar, também existem falhas que estão dificultando o bom desenvolvimento do programa.

Dentre as duas situações apontadas, a segunda reflete um problema de ordem econômica, o que requer soluções relativamente mais simples e menos técnicas, alcançáveis quando se dispõe dos recursos financeiros, que podem ser conseguidos com o desenvolvimento de uma política orçamentária por parte dos gestores. Por outro lado, a situação relacionada à falta de atividades pedagógicas e complementares é uma tarefa mais complexa, requerendo a conscientização de todos os segmentos (diretores, professores, gestores do Programa e das instâncias governamentais, familiares, alunos etc.) e o empenho para acompanhar o fornecimento de alimentos nas escolas a: atividades de educação em nutrição e saúde, desenvolvimento de hortas escolares, participação ativa da família nas atividades do Programa, cuidados integrais de saúde, entre outros.

A questão do papel pedagógico das refeições fornecidas aos alunos no ambiente institucional da escola, como preocupação das políticas públicas, é bem evidenciada no Chile. Em documento da Junta Nacional de Auxílio Escolar e Becas de Chile, formula-se a compreensão de que toda ação desenvolvida na escola é pedagógica e que o ato de comer, além de pedagógico, é social. Em consequência, a presença e participação do professor na implementação de Programas de Alimentação Escolar é considerada fundamental^(3,5). A partir da análise realizada, pode-se evidenciar a falta de objetivos pedagógicos relacionados ao Programa de Alimentação Escolar em Olinda, questão principal para encaminhar as soluções.

Apesar da compreensão existente sobre o papel da alimentação escolar, a FAE / FNDE reafirmam, entretanto, que o objetivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar é aumentar os níveis de alimentação e nutrição, com vistas ao melhor rendimento escolar, atendendo 15% das necessidades nutricionais diárias^(11,13,21). Neste sentido, é importante destacar, para reflexão, os critérios e pautas básicas de vários estudiosos, como a não vinculação da merenda de falsos objetivos de solução para a desnutrição, o fracasso escolar e a definição de verbas para a merenda

diferenciada das verbas para a educação. Os estudiosos reafirmam a importância de respeitar os hábitos alimentares da população, incorporando-se à merenda alimentos *in natura* produzidos e adquiridos no local, bem como de integrar a merenda ao processo educacional, implementando-a como uma das atividades pedagógicas desenvolvidas na escola^(6,9,22).

O Perfil das Merendeiras indicou a falta de preparação para exercer a função, fato que adquire mais valor se considerado o baixo nível de instrução geral dessas auxiliares. Esse aspecto, unido ao acúmulo de atividades desempenhadas pelas merendeiras (preparo das refeições, distribuição da merenda aos alunos, higienização do material de cozinha, além da faxina geral da escola na quase totalidade dos casos), faz com que os procedimentos se tornem repetitivos, automáticos, sem serem questionados e sem que se dê visibilidade às razões que os fundamentam e às representações embutidas nesses atos e comportamentos. Além disso, existe o risco de uma inadequada higiene dos alimentos, que poderia dificultar os benefícios provenientes da merenda.

Todos estes aspectos negativos contribuem para o enfraquecimento das possíveis soluções que poderiam, contrariamente, estar fortalecidas, considerando que as merendeiras gostam de realizar as funções que exercem.

Um Programa de Alimentação Escolar não tem efeitos em longo prazo, por si só, sobre o estado nutricional e a segurança alimentar. Por essa razão, os efeitos nutricionais dos Programas de Alimentação Escolar não devem ser avaliados medindo estritamente as mudanças no estado nutricional (principalmente pelo uso de indicadores antropométricos). O Programa de Alimentação Escolar constitui apenas um dos insumos, componente de um conjunto, para mudar o estado nutricional; é impossível, e nem se deve pretender, detectar em que grau a mudança no estado nutricional é devida ao Programa⁽²⁾. Este é o motivo por que a avaliação nutricional só foi usada para indicar simples prevalências.

A Literatura Científica enfoca a identificação de crianças desnutridas pelo déficit abaixo de -2 DP da média ou da mediana da curva da população de referência, como ponto de corte de comparação mais comum para estes tipos de análises⁽²³⁾. Os resultados do estudo são congruentes com aqueles realizados em vários países de América Latina, do Caribe e do Brasil, nos quais indica que na região é pouco expressiva a prevalência de baixo peso para estatura (exceto alguns países) e de que o tipo de desnutrição infantil predominante é a crônica (estatura para idade)^(24,25). Uma prevalência muito baixa de peso para estatura é encontrada na maioria dos países (Chile, Cuba, Costa Rica, Colômbia, Panamá, Peru), prevalências altas são encontradas em Guatemala, Jamaica, Haiti e Venezuela.

Já os dados sobre a prevalência de restrição no crescimento (estatura para idade) em crianças menores de 5 anos nos países latino-americanos mostram que o problema continua sendo relevante e estende-se ao longo da região, afetando, principalmente, os países de América Central, seguidos pelo Caribe, e finalmente pela América do Sul.

Também é interessante destacar os valores encontrados para o risco de desnutrição (compreendidos entre -2 DP e -1 DP). Isto porque: i. a desnutrição de nossa população resultou em cifras baixas ($<2,3\%$), ii. considerar importante o risco de desnutrição da mesma forma como que é considerada a desnutrição manifesta. Neste sentido, o indicador Peso / Estatura foi o indicador mais alto e a Estatura / Idade o mais baixo, chamando a atenção como se inverte a posição destes dois indicadores, quando comparamos com as análises de desnutrição.

Os resultados do consumo de alimentos demonstram, claramente, que os estudantes com sete anos ou mais foram os mais vulneráveis a ingestas inadequadas, resultado este já esperado, considerando a menor quantidade de rejeite por parte dos alunos menores de sete anos. Este fato poderia justificar-se pela maior preocupação por parte dos professores nessa faixa etária. Outro fato importante foi que, no momento da avaliação, algumas escolas não dispunham de merenda para oferecer aos estudantes; nesses casos, os mais afetados foram os estudantes de maior idade.

Três aspectos importantes são dignos de ressaltar: i. a insatisfação das necessidades energéticas, o fator mais claro dentre os objetivos da merenda; ii. a insatisfação das necessidades de Ferro e Vitamina A, as duas carências específicas com maiores manifestações como problema de saúde pública; iii. a insatisfação mais agravante, para as necessidades de Cálcio y Vitamina C, micronutrientes cujas deficiências podem ser facilmente supridas pela alimentação escolar, através do fornecimento de frutas, vegetais e produtos lácteos cujos custos não justificam sua ausência na merenda.

O número e tipo de refeição, o horário da merenda e os gêneros alimentícios consumidos apontam para a ausência de uma administração sistemática na elaboração da merenda. Isso também pode ser evidenciado pela não correspondência entre os cardápios propostos pela parte administrativa e os realmente fornecidos aos estudantes.

Por outro lado, a ausência de uma proposta clara de trabalho, formulada e coordenada pelos órgãos centrais da administração da educação, faz com que a forma de implementação da merenda passe a depender, em grande parte, da concepção, da iniciativa e até da vontade dos responsáveis por sua execução, fato que dificulta visões mais profundas do Programa. Através da alimentação escolar, além do aspecto nutricional, formam-se hábitos e atitudes. Mais do que isso: junto com o alimento, a escola

está transmitindo para o aluno representações sobre o alimento, relações sociais e cidadania. O fato de os alunos comprarem alimentos de baixo valor nutricional, vendidos pelos próprios trabalhadores da escola, demonstra, uma vez mais, o descomprometimento com o programa e com uma visão positiva para um adequado estado nutricional e de saúde dos estudantes.

CONCLUSÕES

O trabalho pode ser considerado uma experiência bem-sucedida na avaliação de Programas Descentralizados de Alimentação Escolar no Brasil, tendo em vista a escassez de trabalhos afins. Muitos municípios poderiam adaptar e aplicar avaliações similares, o que permitiria comparações entre si e forneceria valiosos subsídios para a ampliação do Programa de Alimentação Escolar do atual governo. Os problemas detectados no Município de Olinda exigem respostas urgentes para o resgate do programa e devem ser solucionados antes da ampliação preconizada. Além da avaliação, o monitoramento também deve ser considerado como ponto essencial, pois, além de ser dever público, favorece as correções e ajustes e, conseqüentemente, conduz a mais efetividade e talvez eficácia do programa.

RECOMENDAÇÕES

Se enfrentarmos os resultados negativos do presente estudo (nem sempre os estudantes têm merenda, os alimentos que compram na escola são de baixo valor nutricional, não são comuns os comentários sobre a merenda nem conversas sobre formas corretas de alimentação, consumo de alimentos inadequado etc.) e reforçamos os positivos (interesse das merendeiras e estudantes sobre temas relacionados à alimentação e nutrição, as merendeiras gostam de realizar as funções que exercem etc.), poderiam ser mudados os resultados e indicadores encontrados, e assim o Programa de Alimentação Escolar Municipal. A existência de recomendações nutricionais recentes faz com que a preparação dos cardápios e alimentação das escolas deva atender as mesmas, e, para o caso específico do consumo de alimentos, futuras avaliações devem tê-las presente. Posto isto, talvez seja necessária uma qualificação profissional em função das mudanças para as quais as novas recomendações apontam.

Estratégias simples poderiam ser adotadas: considerar a alimentação escolar como um direito, a partir do fato de que as crianças passam muito tempo nas escolas e necessitam consumir alimentos nesse período; considerar a merenda como o melhor veículo de Educação Alimentar e Nutricional dos estudantes; capacitar as merendeiras; formar Conselhos de Alimentação Escolar, como espaços de participação popular e de promoção do Programa Nacional de Alimentação

Escolar; incorporar conhecimentos de Nutrição e Higiene dos Alimentos no currículo escolar; construir cantinas escolares para a venda de produtos nutritivos e de baixo custo; implantar hortas escolares para complementar a alimentação escolar e que os estudantes possam evidenciar a importância dos cuidados necessários para obter alimentos de qualidade; vincular a escola a programas de saúde; entre outras atividades extra – escolares (exposições de gêneros e preparações alimentícias, concursos literários sobre temas de alimentação, feiras de ciência, exibição de vídeos sobre o tema etc.) que poderiam reforçar as anteriores.

REFERÊNCIAS

1. Monterrey Gutiérrez P. Fundamentos de la gerencia de proyectos en nutrición. Rev Cubana Aliment Nutr 2001; 15 (1):55-61
2. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. La alimentación y la nutrición en la gestión de programas de alimentación de grupos. Estudio FAO: Alimentación y Nutrición No 23 Rev 1. Roma: FAO; 1995
3. Informe final del Simposio Latinoamericano de Asistencialidad Escolar en América Latina (Chile). Santiago de Chile: JUNAEB; 1991.
4. D'Avila AL. Simposio Programas de Alimentación Escolar na América Latina: textos e exposições. Rio de Janeiro: FAE/ONU; 1995.
5. Abreu M. Alimentação escolar na América Latina: programas universais ou focalizados/políticas de descentralização. Brasília: SEDIAE/INEP/MEC; 1995.
6. Fonseca JP. Merenda escolar: um paliativo, um direito. In: Conceição JÁ, Organizador. Saúde escolar: a criança, a vida e a escola. São Paulo: Sarvier; 1994. p.62-72.
7. Penatti Pipitone MA. Os Arquivos brasileiros de nutrição e a trajetória de criação e consolidação da Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. Cad Nut 1998; 15: 33-50
8. Moysés MA, Lima GZ. Desnutrição e fracasso escolar: uma relação tão simples? Revista ANDE 1982; 5:57-81
9. Burg CR. Merenda escolar na virada do século. Congresso Brasileiro de Saúde Escolar. São Paulo: MEC; 1995
10. Silva C da A. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. Est Avanç 1995; 9 (23): 87-107
11. Pinheiro ST. É hora da merenda. Brasília: FNDE/MEC; 2001
12. Silva MV da. A trajetória do Programa de Merenda Escolar (1954-1994) e o estado nutricional de crianças brasileiras. Cad Nutr 1996; 11:31-49
13. Brasil. Lei No 8.913, de 12/7/1994. Dispõe sobre a Municipalização da Merenda Escolar. Diário oficial da União 1994 Abr 13
14. Vianna RP de T, Tereso MJA. Análise do Programa de merenda escolar em Campinas. Cad Deb 1997; 5:46-76
15. Gay J, Martín I, Rodríguez A. Método de apreciación visual para la vigilancia dietética en la alimentación social. Rev Cub Aliment Nutr 1992; 6 (1):20-4
16. Ortiz Hernandez L. Evaluación nutricional de adolescentes: crecimiento. Rev Med IMSS 2002; 40 (2):153-62
17. Organización Mundial de la Salud. el estado físico: uso e interpretación de la antropometría. Ginebra, 1995. (Informes Técnicos; 854)
18. Centers for Disease Control and Prevention. Programa Epi-Info, Version 6.0; 1998
19. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. Programa Ceres, Version 1.02; 1997.
20. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación / Red Latinoamericana de Composición de Alimentos - FAO / LATINFOODS. Tabla de Composición de Alimentos de América Latina, 2002. Disponible en: <http://www.rlc.fao.org/bases/alimento>
21. Brasil. Portaria FAE/MEC No 291 de 08/8/1996. Dispõe as Diretrizes para controle de qualidade na Merenda Escolar. Brasil, leis, decretos, etc. Diário Oficial da União 1996 Ago 10.
22. Collares C, Moysés MA, Lima GZ. Saúde escolar e merenda: desvios do pedagógico? Educ Soc 1995; 20:10-20. Challenges for Childhood Health and Nutrition Research in Latin America: addressing the 90/10 gap. Bangladesh: Child Health and Nutrition Research Initiative; 2003.

Endereço para correspondência:

Dixis Figueroa Pedraza
 Rua Presidente Nilo Peçanha, 231 Bloco GB Apto 07 Residencial Boa Viagem - Imbiribeira
 CEP: 51160-220 – Recife – PE.
 E-mail: dixisfigueroa@excite.com